



Exportação de carne bovina brasileira: evolução por tipo e destino¹

Sílvia Helena G. de Miranda²

Maria Aparecida S. B. Motta³

Artigo elaborado em março/2001
Aprovado para o XXXIX Congresso Brasileiro de
Economia e Sociologia Rural (Sober)

Área de Interesse: 8 – Comércio Internacional

Resumo

Este trabalho teve como meta descrever o mercado de exportação brasileiro de carne bovina, quanto aos cortes (industrializados e *in natura*), no período de 1994 a 2000, considerando os principais mercados de destino, divididos em União Européia (UE), Estados Unidos (EUA), Oriente Médio e Extremo Oriente e Resto do Mundo. Os dados básicos utilizados são da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne Industrializada (ABIEC), que representou, nesse período, cerca de 90% do total exportado de carne bovina pelo Brasil. A análise aponta que o principal mercado brasileiro para esse produto é a União Européia, que absorve a maior parte dos cortes frescos/congelados e industrializados. Constatou-se que houve uma aumento na participação da carne *in natura*, a partir de 1996. Os principais produtos exportados pelo Brasil são os cortes especiais (traseiro/ dianteiro) e o *corned beef* (enlatado).

Palavras-chave: exportação, carne bovina industrializada, carne bovina *in natura*.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo descrever o mercado de exportação brasileiro de carne bovina para os principais cortes industrializados e *in natura*, e principais mercados de destino. A evolução desses mercados será avaliada para o período pós-Plano Real, entre os anos de 1994 e 2000.

¹ Este trabalho compõe parte da análise preliminar do levantamento de dados realizado para a elaboração da tese de doutorado da primeira autora.

² Eng. Agron., Mestre em Ciências pela ESALQ/USP, doutoranda em Economia Aplicada pelo DEAS/ESALQ/USP. Email:smiranda@esalqusp.br

³ Economista pela Universidade Metodista de Piracicaba – Pesquisadora Pecuária de Corte/CEPEA/ESALQ/USP. Email:mansbrag@esalq.usp.br

Introdução

A pecuária tem posição de destaque na economia nacional. O Brasil classifica-se, mundialmente, como o segundo em tamanho de rebanho bovino e em produção de carne, antecedido nesses quesitos pela Índia e Estados Unidos, respectivamente (Anualpec, 1999). Delgado et al. (1996), citado por Pereira & Lima (2000), relatam que a pecuária representa 40% do valor do PIB da agropecuária, ocupa cerca de 26% da força de trabalho rural, tem uma taxa de crescimento anual de 3% e utiliza 3/4 das terras totais ocupadas com a atividade agropecuária.

O clima, extensão territorial e disponibilidade de fatores de produção geram condições de competitividade na produção e industrialização, inclusive quanto à alta qualidade dos produtos. O fato da maior parte do gado brasileiro ser alimentado a pasto tem sido, adicionalmente, um fator de valorização da carne bovina no mercado internacional.

O Brasil é o 3º exportador mundial de carne bovina segundo dados do Anualpec (1999), destacando-se tanto no comércio de carnes frescas como no de carnes industrializadas. O volume dessa exportação atingiu, desde 1999, cerca de 10% da produção brasileira de carne, calculado com base nos dados do IBGE (www.sidra.ibge.gov.br). Em 1994, essa parcela era de 5,9%, caindo para perto de 3% em 1995 e 1996, coincidindo com o período em que o Plano Real aqueceu o consumo doméstico. De qualquer forma, são magnitudes ainda muito tímidas, se forem considerados fatores como o potencial existente de terras, a taxa de desfrute ainda baixa e a capacidade de abate das unidades frigoríficas nacionais.

Apesar da evidência de que o grande mercado consumidor da carne bovina brasileira é o doméstico, as exportações vêm se tornando, cada vez mais, uma alternativa interessante para o setor. Grandes *traders* no comércio exterior de carne bovina, como a Argentina e a UE, passam por momentos de transição. A Argentina, em agosto de 1997, conseguiu uma cota para exportar carne fresca aos EUA, após obter o *status* de livre de febre aftosa. Contudo, em agosto de 2000 foram encontrados focos de febre aftosa em seu território, o que resultou na interrupção do fornecimento de carne para os EUA até o início de 2001.

A UE que, particularmente, desde 1996, se defronta com a crise da “vacca louca”, afetando a produção e as exportações de seus países-membros, constatou, em fevereiro de 2001 a presença de aftosa em suínos. Dentre as conseqüências desses eventos, verifica-se o embargo das exportações européias para países tradicionalmente abastecidos pelo Bloco a preços subsidiados, como alguns mercados do Oriente.

Para o Brasil, esses eventos também acabaram gerando conseqüências, expondo a disponibilidade do Brasil como fornecedor de carne para outros países, antes abastecidos pela UE. Além disto, contribuíram para aumentar as transações com países, em especial do Oriente Médio e Extremo Oriente, com os quais o Brasil já mantinha relações comerciais nesse setor. Esse desempenho das exportações brasileiras certamente teve também como fator propulsor o avanço no controle da aftosa, já tendo sido reconhecido sob o *status* de livre com vacinação no Circuito Centro-Oeste (e livre sem vacinação no Circuito Pecuária Sul). As exportações brasileiras crescem também para mercados tradicionais da Argentina, como o Chile.

Por outro lado, outros fatores, de natureza estrutural, definem o quadro das tendências de exportações de carne bovina. Segundo Bliska (1999), o consumo de carne bovina tem aumentado apenas em alguns países da Ásia, África e do Oriente Médio e em alguns países menos desenvolvidos. Na década de 80, verificou-se ainda uma estagnação e até declínio no consumo de carne bovina nos países industrializados, um pequeno aumento no consumo da carne suína e uma

expansão no consumo de aves. Jank (1996) também alerta para o ganho significativo na participação relativa do frango em relação às demais carnes.

De qualquer modo, o reconhecimento do Brasil como fornecedor potencial de carne bovina no mercado internacional vem ocorrendo em um cenário de maior aproveitamento da produção nacional, constatado após o Plano Real, de um mercado interno insuficiente para a absorção da produção, e um esforço da economia nacional para o aumento da pauta de exportações. Esse cenário se completa quando se verifica que a indústria frigorífica brasileira vem, desde o final da década de 80, investindo na modernização de sua estrutura produtiva.

O processo de desenvolvimento na forma de trabalhar dos frigoríficos iniciou-se a partir dos anos 50 quando houve uma modernização da indústria brasileira devido a presença de um setor de bens de produção desenvolvido, formado pela importação de tecnologia estrangeira. Este processo trouxe impacto para o setor, impulsionando a modernização dos abatedouros e das indústrias de carnes que abasteciam os centros urbanos (Mueller, 1982).

Segundo revisão de Braghetta (1997), até a década de 60 o complexo agroindustrial brasileiro ainda não estava totalmente constituído e tão pouco um sistema agroindustrial de pecuária de carnes, devido à ausência do suporte de setores necessários a indústria agropecuária tais como, de produção de tratores, produtos veterinários, adubos e rações. Mas, no início dos anos 70, o Brasil possuía um conjunto de setores agrícolas e industriais interdependentes entre si, passando a consolidar-se a idéia de um sistema agroindustrial, ou seja, um conjunto de processos desde a geração de produtos agropecuários, beneficiamento, transformação e produção de bens industriais para agricultura, bem como os serviços financeiros e comerciais correspondentes.

Essas mudanças, promovidas com incentivos nacionais e internacionais, impulsionaram a abertura de novos frigoríficos, com capital nacional majoritário, e, que, somadas às empresas já existentes ampliaram a quantidade de carne ofertada no mercado interno e também aquela destinada ao mercado exterior (Braghetta, 1997).

Este aumento na produção de carne bovina trouxe momentos de desenvolvimento e retração para a economia das empresas frigoríficas, instabilidade esta, que, segundo revisão de Braghetta (1997), foi desencadeada pela variação na quantidade de carne exportada, pois quando a pauta de exportação retraía, a oferta de carne bovina no mercado interno excedia a demanda, deprimindo os preços domésticos.

É importante enfatizar que poucos trabalhos foram escritos no Brasil, buscando identificar as diferenças dos mercados de carne explorados pelo País no comércio internacional. É nítida a diversidade de exigências dos países compradores, em termos sanitários, técnicos, de padrão de cortes, preferências de consumo, que acabam se refletindo no padrão de preços, sazonalidade e volumes de exportação. Diante disso, considera-se relevante, e é a proposta deste trabalho, descrever quais são os produtos de exportação do setor de carne bovina, seus destinos e sua importância relativa dentro do mercado global.

Método e Dados

A descrição da evolução dos tipos de carne bovina exportada pelo Brasil para a UE, EUA, países do Oriente Médio/Extremo Oriente e Resto do Mundo foi baseada nos seguintes dados, além da revisão de literatura e do contato pessoal com agentes do setor:

- a) Os dados gerais de exportação de carnes bovinas foram obtidos da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), em contato pessoal e através do site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (www.mdic.secex.gov.br).

- b) Os dados específicos por cortes de carne industrializada e *in natura*, por país de destino, foram cedidos pela Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas (ABIEC). É oportuno explicitar que as indústrias associadas à ABIEC, entre os anos de 1990 e 1998, foram responsáveis por no mínimo 90% das exportações brasileiras de carne bovina, em toneladas. Nos últimos dois anos, essa porcentagem caiu para pouco mais de 80%, provavelmente, pelo fato de novas indústrias terem ingressado nesse setor exportador, principalmente destinando seus produtos a países que não têm lista específica² de autorização para exportação. Em termos de valores exportados, essas participações são ainda mais elevadas.
- c) Os dados de preços de boi gordo e de carne no mercado doméstico são o resultado dos levantamentos realizados pelo CEPEA/ESALQ/USP.

Resultados e discussão

A evolução das exportações de carne bovina brasileira, desagregadas em industrializada e *in natura*, ilustrada na Figura 1, indica que houve um crescimento desta última, superando, a partir de 1998, o volume exportado de industrializada. A observação dos totais exportados desde 1987 indica que o período foi marcado por duas fases de depressão nas exportações: a primeira, a partir de 1989, coincidindo com o início do governo Collor, e que se estendeu até 1991; e a segunda durante os primeiros anos do Plano Real, particularmente 1995 e 1996, em função do aumento do poder aquisitivo da população, que passou a consumir mais carne e da valorização cambial.

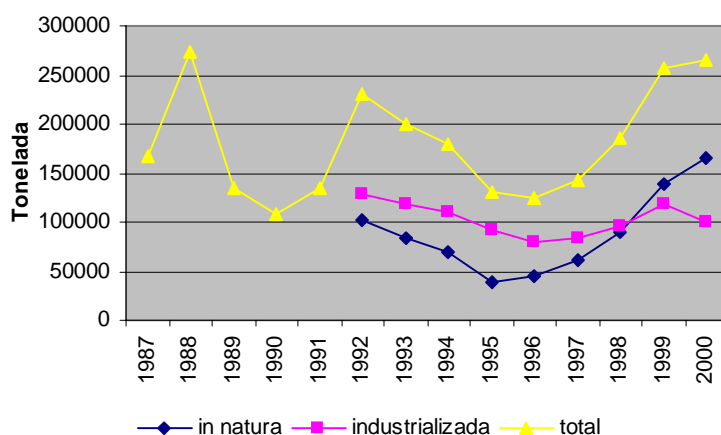


Figura 1 – Exportações de carne bovina do Brasil, total, industrializada e *in natura*, em toneladas (Fonte: ABIEC).

² Os países que têm lista específica para exportação de carne bovina, ou seja, que se adequaram a uma série de exigências dos países para se qualificarem a fornecer o produto, são os seguintes: UE, EUA, Canadá, Chile, Cingapura, África do Sul, Suíça, Israel, Filipinas (www.abiec.com.br).

Pereira e Lima (2000), estimando uma função de oferta para as exportações de carne bovina brasileira, embora não tenham obtido resultados significativos para as *dummies* representativas do Plano Cruzado (1986) e do Plano Real (1994), reconhecem que ambos influenciaram negativamente o volume exportado, devido ao aquecimento do consumo interno.

Quanto à importância relativa dos tipos de carne exportada, nota-se que a maior parte do volume exportado pelo Brasil, em 2000, consistiu de cortes especiais de dianteiro e traseiro, resfriadas ou congeladas, destinadas tanto ao consumo direto como ao uso industrial (Figura 2).

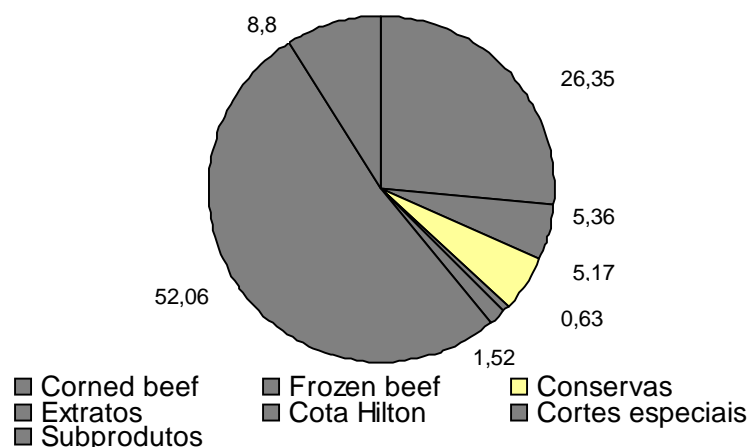


Figura 2 – Participação percentual dos tipos de carne bovina no volume total exportado pelo Brasil – 2000 (Fonte: calculado pelas autoras, com base nos dados da ABIEC).

Do total de carne exportada pelos frigoríficos associados da ABIEC em 2000 (266.146 toneladas), os cortes especiais responderam por 52,06% ou 138.560 toneladas. Segue-se o *corned beef* (carne enlatada), cujos principais países importadores são o Reino Unido e os EUA, e que correspondeu a 26,35% (70.131 toneladas) do total exportado em volume pelo País. Em terceiro lugar, classificam-se os subprodutos (8,89%), aqui entendidos como charque e, principalmente, miúdos. Quase na mesma proporção, classificam-se o *frozen cooked beef* (5,36%) e as conservas industriais (5,17%). O primeiro consistindo de um tipo de carne industrializada, na forma de cortes, cozidos e embalados.

Pela Figura 3, verifica-se que as participações não se mantêm quando se analisam os valores de exportação em dólar. A parcela referente aos cortes especiais é um pouco menor do que em termos de volume (40,38%), enquanto a do *corned cooked beef* é maior em valor (31,22%). Aumenta também a participação em valor para o *frozen cooked beef* (9,42%) e para as conservas (6,82%). Destaca-se a importância relativa, em valores, das exportações das carnes incluídas como Cota Hilton (basicamente, cortes resfriados de filé *mignon*, contra-filé e alcatra) e do Extrato. Ambos os tipos têm valores unitários médios elevados, embora pequenos volumes sejam comercializados sob esses capítulos.

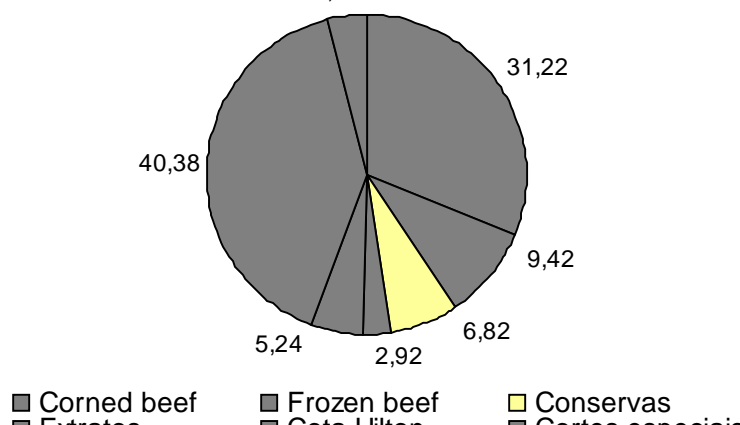


Figura 3 – Participação percentual dos tipos de carne bovina no valor total exportado pelo Brasil – 2000 (Fonte: calculado pelas autoras, com base nos dados da ABIEC).

São poucos os frigoríficos que produzem e exportam carnes industrializadas, principalmente devido aos investimentos elevados necessários para a adequação da linha de produção. A maior parte é exportada na forma de *corned cooked beef* (destinado principalmente aos países da União Européia, e, mais especificamente, para o Reino Unido (Figura 4). É interessante mencionar que o *corned beef* é um produto típico de exportação, não havendo mercado interno para o mesmo.

A participação das exportações desse produto para a UE vêm diminuindo no período de 1994 e 2000, de 57,6% para 50,8% do total exportado pelo Brasil. Essa redução deve-se não só à tendência natural de queda no consumo do *corned beef*, cuja imagem está associada ao período das grandes guerras na Europa, mas também pela própria crise no consumo de carne bovina, desencadeada no Reino Unido pela questão da “vaca louca”.

O segundo maior importador são os EUA, que vinha aumentando a participação de suas importações de *corned beef* brasileiro, tendo diminuído no ano de 2000, mas ainda assim, respondendo por quase 30% do produto exportado.

Apesar da menor importância relativa em volume, o Brasil exporta também para outros países, que, no caso da carne enlatada, segundo Jank (1996) compreendem países do Oriente Médio (Iraque) e do Extremo Oriente. A representatividade dos quatro blocos de importadores analisados no total exportado pelo Brasil de *corned beef*, em valores (Figura 5), é basicamente a mesma que em termos de volumes.

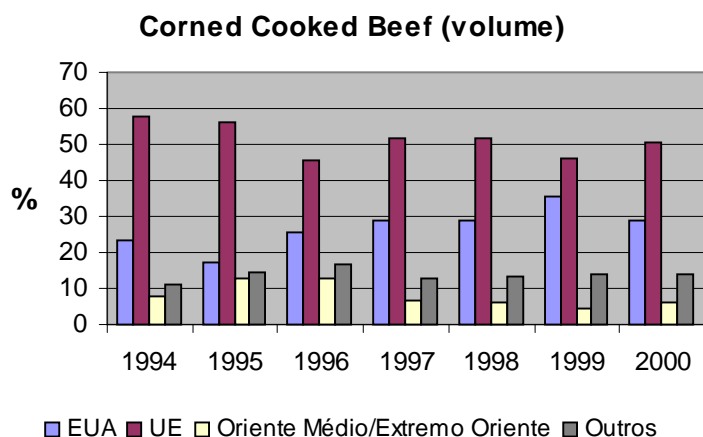


Figura 4 – Participação dos países importadores no volume total exportado de carne industrializada, tipo *corned cooked beef*, no período de 1994 a 2000 (Fonte: calculado pelas autoras, com base nos dados da ABIEC).

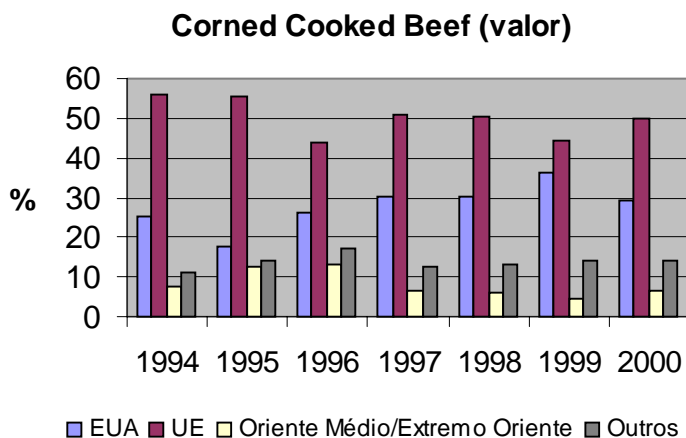


Figura 5 – Participação dos países importadores no valor exportado de *corned cooked beef*, no período de 1994 a 2000 (Fonte: calculado pelas autoras, a partir de dados da ABIEC).

Jank (1996) explica que o maior mercado para estes produtos são as classes de menor poder aquisitivo dos países ricos e os países mais pobres. O Brasil é o maior produtor do mundo, seguido pela Argentina. Para o autor, esse produto é extremamente padronizado e comoditizado, sendo em geral exportado com a marca do cliente. Devido ao cozimento da carne, não há restrições de ordem sanitária que impeçam a exportação do produto.

O segundo tipo mais importante de carne industrializada exportada pelo Brasil é o *frozen cooked beef* (14.270 toneladas, em 2000) sendo que a participação do principal mercado importador, que é a União Européia, vem caindo no total exportado pelo País, tendo chegado a representar quase 100% do total exportado em 1995, e caindo, em 2000 para 69% (Figura 6). As exportações desse tipo de produto para os EUA e para os países do Oriente Médio e Extremo Oriente, por sua vez, vêm aumentando. Embora ainda importem volumes muito baixos, já respondem por 17,9% e 12,4%, respectivamente. As participações por importador calculadas em valores (dólar FOB) mantêm-se praticamente as mesmas observadas para os volumes.

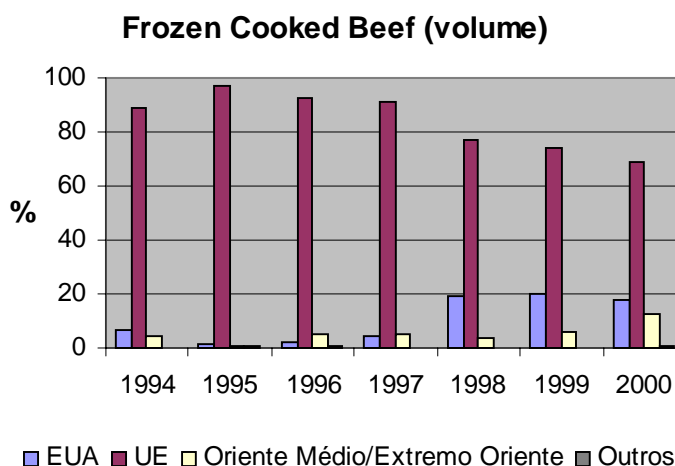


Figura 6 – Participação dos países importadores no volume total exportado pelo Brasil de *frozen cooked beef*- 1994 a 2000 (Fonte: calculado pelas autores com dados da ABIEC).

O extrato e outras conservas industrializadas apresentam importância secundária no comércio de carne industrializada brasileira, em termos de volumes comercializados. Assim, como nos dois casos discutidos anteriormente, o principal destino para o extrato é a União Européia, que respondeu por 79,6% do produto comercializado pelo Brasil no ano de 2000, mantendo ao longo desse período participações sempre próximas dos 70%. Nota-se, que nos anos de 1996 e 1997, os países do Oriente ensaiaram uma maior participação nesse mercado brasileiro, mas voltaram a cair, respondendo em 2000 por 9,25% (Figura 7).

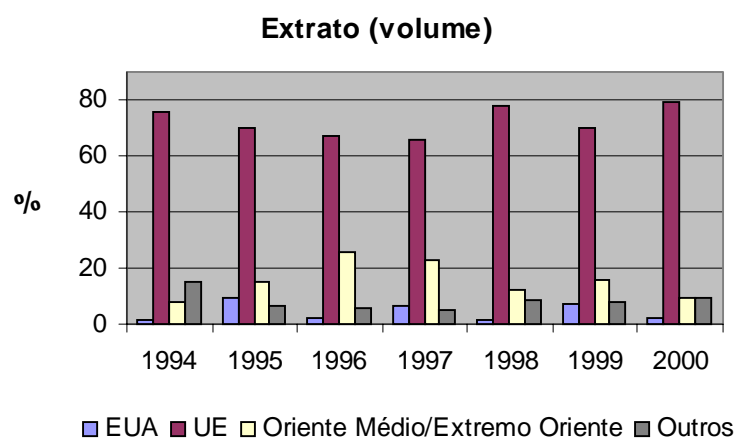


Figura 7 – Participação dos países importadores no volume total de extrato exportado pelo Brasil – 1994 a 2000 (Fonte: calculado pelas autoras, com base em dados da ABIEC).

A situação que se verifica para as exportações de conservas mostra-se um pouco diferenciada das demais carnes industrializadas (Figura 8 e 9). A maior parte das outras conservas exportadas é destinada aos EUA, que absorveram em 2000, 61,4% do volume exportado pelo Brasil, equivalendo a 67,3% em termos de receitas de exportação com conservas. Em seguida, com pouco mais de 36,8% em volume e 31,3% em valor, classifica-se a UE. Outra observação é que enquanto os EUA aumentaram sua participação nesse período na importação de conservas bovinas brasileiras, a UE apresentou uma tendência de redução. Conforme evidenciam as curvas das figuras, a participação de outros países importadores é muito pequena.

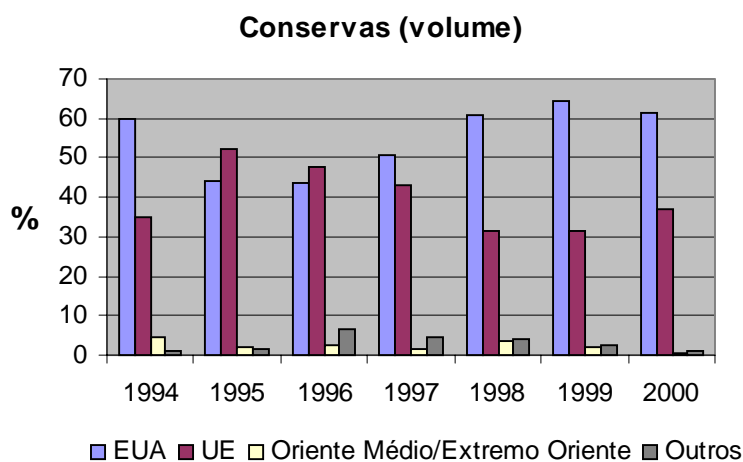


Figura 8 – Participação dos países importadores no volume total exportado de Conservas bovinas pelo Brasil, de 1994 a 2000 (Fonte: calculado pelas autoras, com dados da ABIEC).

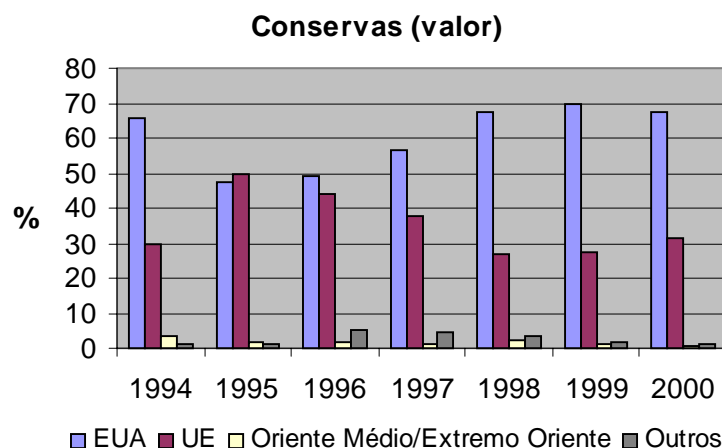


Figura 9 – Participação dos países importadores no valor total exportado de Conservas bovinas pelo Brasil, de 1994 a 2000 (Fonte: calculado pelas autoras, a partir de dados da ABIEC).

Dentre as exportações de carne *in natura*, e, conforme já foi exposto anteriormente, a de cortes especiais tem a maior participação, tanto em receita como em volume. Em 2000, o Brasil exportou 138.560 toneladas desses cortes, com valor total de US\$ 352.234,00. O maior comprador também é o mercado importador europeu. Consiste de cortes de dianteiro e traseiro, resfriados ou congelados, exportados para consumo direto ou para a indústria.

Observa-se comportamento diferenciado para os volumes e valores das exportações, ilustrados nas Figuras 10 e 11. Na figura 10, nota-se que ocorreu um pico da participação da EU no volume de vendas de cortes especiais no ano de 1996 (80,6% do total). Desde então, a participação desse Bloco veio decaindo chegando, em 2000, a responder por 55,6% do total exportado pelo Brasil em cortes especiais. Por outro lado, a representatividade do grupo de Outros Países cresceu bastante no período analisado, em especial, após 1998. Sua participação cresceu de 16,3%, no início do Plano Real, para 26,8% do volume exportado em 2000, destacando-se entre esses países, o Chile.

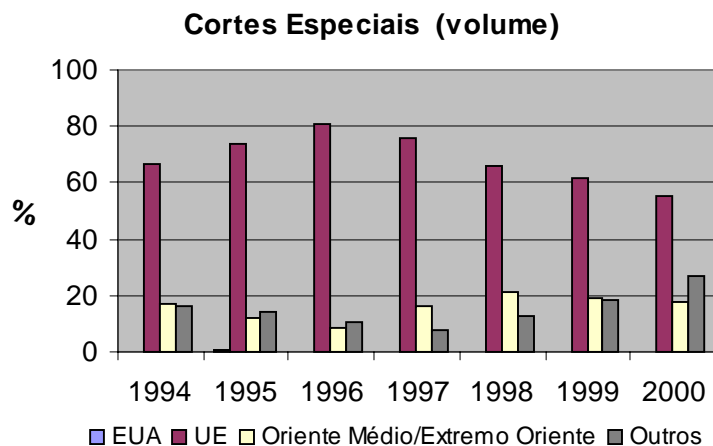


Figura 10 – Participação dos importadores no volume total exportado de cortes especiais de dianteiro/traseiro bovinos pelo Brasil - 1994 a 2000 (Fonte: calculado pelas autoras, com base nos dados da ABIEC).

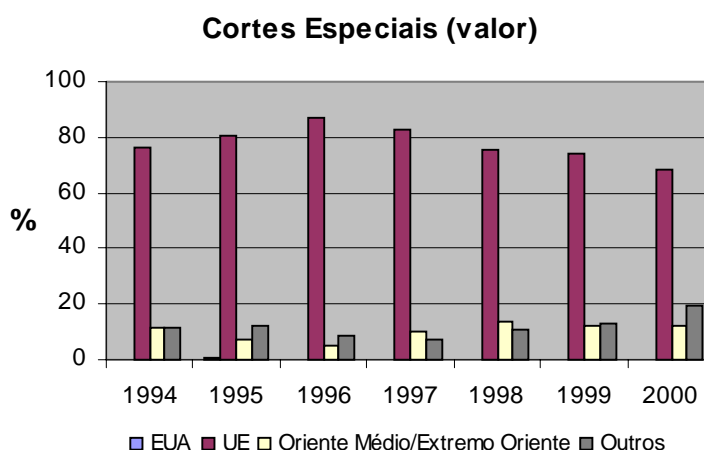


Figura 11 – Participação dos importadores no valor de exportações brasileiras de cortes especiais (dianteiro/traseiro) -1994 a 2000 (Fonte: cálculo das autoras, com dados da ABIEC).

Na Figura 11, evidencia-se que, entre 1995 e 1997, a UE respondeu por mais de 80% (86,7% em 1996) das receitas auferidas com exportação de cortes especiais pelo Brasil. Estas receitas iniciaram a tendência de redução no percentual total dando maior espaço para a participação de importadores do Oriente e de Outros países. Em 2000, a UE foi responsável por 68,3% do valor das exportações brasileiras de cortes especiais em termos de receitas geradas.

Jank (1996) ressalta pelo menos dois segmentos distintos no mercado europeu. O primeiro consiste de distribuidores especializados, supermercados que preferem cortes tipo filé *mignon*, alcatra e contra-filé. Normalmente, os produtos são exportados na forma de cortes grandes e homogêneos, para serem depois fatiados. O autor acredita que, a médio e longo prazo, a tendência é exportar partes cada vez mais selecionadas, a exemplo do frango. O maior concorrente do Brasil nesse mercado é a Argentina. O segundo segmento mencionado pelo autor é o das indústrias européias processadoras de carne, que preferem cortes tipo lagarto e coxão mole e duro.

O Oriente Médio e países do Extremo Oriente, como Hong Kong, também compram carnes bovinas frescas e congeladas do Brasil, apresentando-se muito menos exigentes quanto às questões sanitárias, mas, por outro lado, caracterizados por preocupações religiosas.

Jank (1996), baseado em resultado de entrevistas, afirma que o abate segundo as normas árabes, chamado de Halal é uma especificidade que envolve custos relativamente elevados para a empresa exportadora, tanto na adaptação da linha de abate como aos custos operacionais de

manter equipes permanentes de representantes muçulmanos trabalhando nas indústrias. Da mesma forma que o árabe, há restrições religiosas pelo mercado judeu, sendo que Israel só compra as carnes de dianteiro, proveniente de bois abatidos pela “faca de rabino”, segundo o preceito kasher.

Por outro lado, os EUA, sob argumentos sanitários, não importam carne *in natura* do Brasil. Apesar dos estados do Sul do País já terem obtido o *status* de área livre de aftosa sem vacinação, desde maio de 2000, e de já ter havido visita de missão norte-americana ao Rio Grande do Sul, para avaliar os frigoríficos que estão se habilitando para fornecer esse tipo de carne para aquele país, as exportações ainda não se concretizaram.

Jank (1996) já apontava em seu trabalho que, em função da febre aftosa, além dos EUA, outros países não compram carne bovina *in natura* do Brasil. Menciona: o Japão, Canadá, Coréia do Sul e Tailândia. O autor enfatiza a importância do mercado do leste asiático, que se constitui no maior pólo potencial importador.

Além dos cortes especiais, o Brasil exporta também para a União Européia, dentro da chamada Cota Hilton, cortes produzidos da parte nobre do boi gordo, que consiste do traseiro. Essa cota é, atualmente, de 5 mil toneladas e, em geral, é destinada ao consumo em restaurantes e redes de hotéis europeus. Na Figura 3 já ficou evidenciado que, apesar do baixo volume de exportação, os preços praticados para os cortes Hilton são superiores aos dos demais cortes resfriados e congelados exportados dentro de outras cotas para a UE, e mesmo para outros países. Considerando os valores médios das exportações realizadas como uma aproximação dos preços desses produtos no mercado externo, observa-se, na Figura 12, o diferencial desses valores entre cortes especiais e cota Hilton. Essa diferença tem oscilado acima dos US\$ 3000 por tonelada.

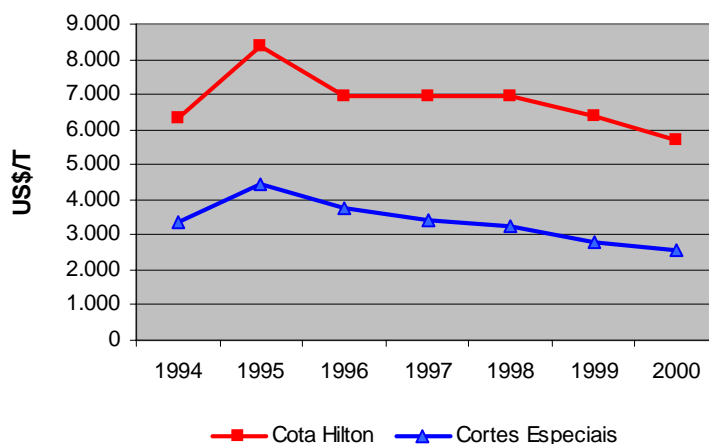


Figura 12 – Valores médios das exportações brasileiras totais de cortes especiais e da cota Hilton, em US\$ por tonelada – 1994 a 2000 (Fonte: calculado com base dados da ABIEC).

O cálculo das participações dos países importadores no total exportado pelo Brasil de charque e miúdos, ilustrado graficamente na Figura 13, mostra que a União Européia, tradicionalmente, era o mercado de maior absorção para o Brasil.

Contudo, a partir de 1996 nota-se a crescente participação dos países do Oriente Médio e Extremo Oriente e, mesmo de outros países, nesse mercado, de tal forma que em 2000, os países do Oriente ultrapassaram, em participação no volume e em receita, as importações européias.

Dentre os países do Oriente, é importante destacar as vendas de miúdos para Hong Kong, que, segundo agentes do setor, reexporta esses produtos para a China.

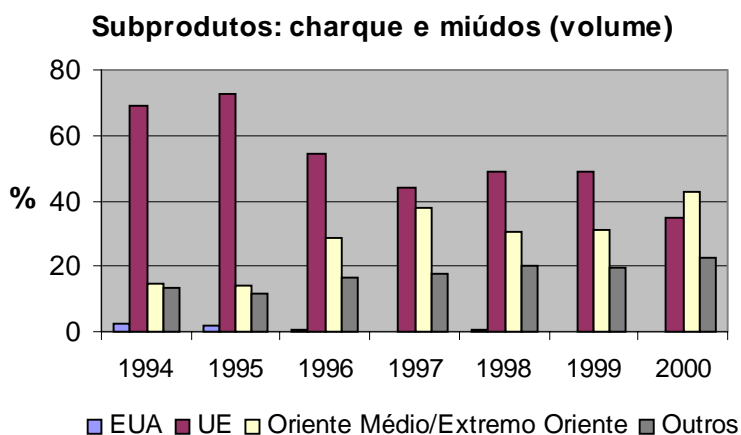


Figura 13 – Participação dos países importadores no volume total de subprodutos (charque e miúdos) exportados pelo Brasil – 1994 a 2000 (Fonte: cálculo das autoras, baseado em dados da ABIEC).

Considerações Finais

A descrição proposta neste trabalho permitiu ratificar a posição da União Européia como o principal mercado para a carne bovina brasileira. Isso, apesar dos problemas sanitários que estão ocorrendo na UE e da conseqüente redução no consumo de carne bovina. Nesse período houve um ingresso de novos países importadores, que, atualmente, tomam espaço em relação à UE nas exportações brasileiras, especialmente nos mercados de *frozen cooked beef*, cortes especiais e miúdos.

Pela evolução das exportações de carnes industrializadas, pode-se concluir que os investimentos que foram realizados pelo setor durante as décadas de 80 e 90 reverteram-se em avanços na participação brasileira nesse mercado.

Outra contribuição que decorre de investimentos tecnológicos relaciona-se ao equacionamento do controle sanitário no Brasil, que permitiu com que se avançasse também no mercado de produtos frescos e congelados, embora, com certeza devido às questões políticas, alguns países ainda não abriram seus mercados para a carne *in natura* brasileira. É o caso dos EUA e Japão.

Percebe-se que está havendo um esforço para diversificar os mercados de destino da carne bovina brasileira, bem como uma expansão dos volumes comercializados das carnes frescas e congeladas. Os recentes acontecimentos sanitários na UE e na Argentina já apresentaram reflexos sobre as exportações brasileiras desses produtos. Acredita-se que este fato aliado ainda ao programa rígido de controle de aftosa em todo o País, com conseqüente obtenção do status de livre de aftosa junto do Escritório Internacional de Epizootias (OIE), torna o momento atual interessante para que o Brasil se consolide em mercados mais exigentes.

Bibliografia consultada



Associação Brasileira de Indústria e Comércio (ABIEC) Lista de estabelecimentos brasileiros habilitados à exportação de carnes “in natura” e de produtos à base de carne para UE / EUA/ Cingapura / África do Sul / Suíça / Israel/ Filipinas / Canadá / Chile.<http://www.abiec.com.br> (Abril/2001).

Bliska, F. M. M. Impactos de alterações nas exportações brasileiras de carnes sobre a economia brasileira. Piracicaba. 1999. 217p. Tese de doutorado, ESALQ/USP. .

Braghetta, M.A. S. O mercado pecuário brasileiro e os desafios da reestruturação: Uma discussão. Piracicaba, 1997. 52p. Monografia, UNIMEP.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE) Abate de bovinos (número de animais e equivalente carcaça). [http:// www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br). (Abril/2001)

Jank, M.S. Competitividade do Agribusiness Brasileiro: discussão teórica e evidências no sistema de carnes. São Paulo, 1996. 195p. Tese de doutorado, FEA/USP.

Mueller, G. Relatório de Pesquisa: O CAI de Carnes no Brasil. Escola de Administração de Empresas em São Paulo. FGV. 1982.

Pereira, M. A.; Lima, J. E. Oferta de carne bovina brasileira para exportação no período de 1980 a 1998. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro. Jul/ago. 2000, 10p.

Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) - Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Balança Comercial. <http://www.desenvolvimento.gov.br/publica/SECEX/pag/estatistica.html>. (Abril/2001)